DISSERTAÇÃO MODELO

## Corrupção – um obstáculo à erradicação da pobreza no Brasil

Segundo o site 123 Ecos, a corrupção "ocorre quando indivíduos, em posição de autoridade, violam normas legais e éticas para se favorecer". Tal prática figura como grande obstáculo à erradicação da pobreza no Brasil na medida em que, ao viabilizar o desvio de recursos dos cofres públicos, compromete não apenas o funcionamento de políticas sociais, como também o desenvolvimento econômico do país. Assim, convém discutir a pauta, a fim de que as devidas soluções sejam promovidas.

Em primeira análise, aponta-se a corrupção como impeditivo à adequada aplicação de políticas sociais, a exemplo da aposentadoria. Nesse sentido, conforme noticiado em 2025, quase R$ 6 bilhões foram desviados de benefícios pagos a aposentados, mediante descontos não autorizados do INSS. Com isso, tem-se um grave impasse, pois milhões de idosos brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza, conforme dados do Instituto Humanitas Unisinos, e muitos dependem do benefício previdenciário para arcar com suas despesas. Desse modo, a corrupção prejudica diretamente esses aposentados além de aumentar a situação de pobreza.

Em segunda análise, verifica-se que a corrupção compromete o desenvolvimento econômico do país, tendo em vista que gera crises políticas relevantes. Exemplo disso é que, devido ao escândalo do INSS, o Ministro da Previdência, Carlos Lupi, renunciou ao cargo. Esse fato evidencia falhas na fiscalização dos órgãos públicos, o que desmotiva os investidores a aplicarem recursos nos setores nacionais. Assim, sem investimentos e sem a abertura de novos empreendimentos, a criação de vagas formais de trabalho fica estagnada, o que provoca a manutenção das taxas de desemprego e, consequentemente, dificulta a mobilidade social e a erradicação da pobreza.

Diante dos argumentos mencionados, cabe ao Tribunal de Contas da União (TCU) implementar uma rigorosa fiscalização dos recursos públicos, por meio da formação de comitê especializado, que terá como função exigir a prestação periódica de contas dessas verbas e criar relatórios para a consulta dos investidores. Destarte, espera-se garantir a transparência dos órgãos públicos e incentivar a continuidade de investimentos no país.

*Por Gabrielle Venâncio Ruas*
*Coordenadora Pedagógica da Redigir*

**Análise da estrutura dissertativa:** Tema; antecipação do primeiro argumento; antecipação do segundo argumento; tese; desenvolvimento do primeiro argumento; desenvolvimento do segundo argumento; proposta de intervenção social.